



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6469

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 05/05/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 31/2005. Assegura ao usuário do Sistema de Abastecimento de Água de Montes Claros, o direito de instalação de equipamento eliminador de ar da tubulação hidráulica do seu imóvel, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 3.413, de ____/06/2005).

Controle Interno – Caixa: 9.2

Posição: 44

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: Diversos
Cl: 9.2
Idem: 44
nº fls: 05



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

VEREADORA – FÁTIMA PEREIRA MACEDO

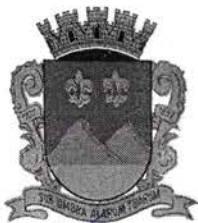
ASSUNTO:

Assegura ao usuário do sistema de abastecimento de água,
do Município de Montes Claros, o direito de instalação de equipamento eliminador
de ar da tubulação hidráulica do seu imóvel e dá outras providências.

MOVIMENTO

Entrada em 05/05/2005

- 1 - _____
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - *VISTAS POR 3 VÍZIS Em. 07.06.2005*
- 4 - *APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 5 - *CIA Em. 14.06.2005*
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Projeto de Lei nº /2005

Assegura ao usuário do sistema de abastecimento de água, do Município de Montes Claros, o direito de instalação de equipamento eliminador de ar da tubulação hidráulica do seu imóvel e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica assegurado ao usuário do serviço de abastecimento de água do Município de Montes Claros, o direito de instalar equipamento eliminador de ar do sistema de abastecimento de água, em tubulação hidráulica que antecede o hidrômetro do seu imóvel, sem ônus para a concessionária dos serviços;

Parágrafo Único – A concessionária, dos serviços de distribuição de água do município, terá o prazo de 30 dias, após a publicação desta Lei, para definir as diretrizes para a instalação do equipamento.

Art.2º - A concessionária poderá, também, em comum acordo com o usuário, instalar o equipamento e incluir os custos nas faturas mensais dos serviços, podendo parcelar o pagamento desta instalação em até 12 (doze) vezes;

Art.3º- Cabe ao órgão de defesa do consumidor do Poder Executivo Municipal fiscalizar o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 03 de maio de 2005.


FÁTIMA PEREIRA MACEDO
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
 E JUSTIÇA
 EM 06 DE JUNHO DE 2005

 PRESIDENTE

Projeto legal e
 constitucional
 A. Salu
 J. F.
 Paulo de M. Salu.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM DISCUSSÃO POR
 REGIME DE URGÊNCIA
 EM 14 DE JUNHO DE 2005

 PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

JUSTIFICATIVA :

O presente Projeto de Lei que apresentamos a esta Casa tem um alcance social muito grande. A instalação do eliminador de ar na tubulação hidráulica, que antecede ao hidrômetro dos imóveis dos usuários, irá proteger o consumidor de ser lesado e pagar como vem pagando pelo ar que circula nessas tubulações ao preço do precioso e caro líquido que é a água. Para se fazer justiça a essa cobrança é que elaboramos o presente Projeto de Lei que permitirá uma economia de 35% aos usuários, conforme estudos elaborados pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG). Esse percentual pode variar de uma região para outra, sendo particularmente acentuado nos casos onde a rede é freqüentemente ligada e desligada, o que na nossa avaliação caracteriza na burla inaceitável aos direitos dos usuários desse serviço.

Outrossim, a Lei n.º 12.645, de 17 de outubro de 1997, do Estado de Minas Gerais já dispõe sobre esta matéria, bem como em outros municípios do nosso estado e em outros estados da nossa federação. Também, publicada no Diário do Judiciário do dia 02/02/2005, a decisão da Juíza da 1.ª instância da Vara da Fazenda Estadual de Belo Horizonte, Dr.ª Áurea Maria Brasil Santos, que condenou a COPASA/MG a instalar o aparelho eliminador de ar nos tubos de transmissão de água, com as despesas correndo por conta dos usuários. Como cabe recurso e isso demanda tempo, recorreremos a esta Casa através deste Projeto, onde nós os Edis, seremos o instrumento de justiça aos usuários desse serviço, no nosso município, de forma mais rápida e direta.


Fátima Pereira Macedo
Vereadora

ALMO **perquien**

Norma: **LEI 12645 1997** Data: 17/10/1997 Origem: LEGISLATIVO **ALMO**

Ementa: DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELIMINADOR DE AR NA TUBULAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Fonte: PUBLICAÇÃO - MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 10/10/1997 PÁG. 1 COL. MICROFILME 557

Indexação: DISPOSITIVOS, CONCESSIONARIA, INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTOS, ELIMINAÇÃO, AR, SISTEMA, ABASTECIMENTO DE AGUA, ATENDIMENTO, SOLICITAÇÃO, CONSUMIDOR.

Catálogo: DEFESA DO CONSUMIDOR.

Texto:

Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água e dá outras providências.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A empresa concessionária de serviço de abastecimento de água no âmbito do Estado instalará, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro de seu imóvel.

Parágrafo único - As despesas decorrentes da aquisição e da instalação do equipamento correrão a expensas do consumidor.

Art. 2º - O teor desta lei será divulgado ao consumidor por meio de informação impressa na conta mensal de água emitida pela empresa concessionária.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 17 de outubro de 1997.

Eduardo Azeredo - Governador do Estado

ALMO **perquien**

[Mover para pasta]

OK

[X] fechar

Responder Responder a todos Encaminhar como Anexo

Encaminhar Imprimir Apagar

De: ascom@tjmg.gov.br

Data: 13/02/2005 (11:19:06)

Assunto: Últimas Notícias - Portal TJMG

Prioridade: Normal

Para: mariamviannaoliveira@ig.com.br

SOLVEN CONTATO

[ver cabeçalho da mensagem]

Para: mariam

E-mail: mariamviannaoliveira@ig.com.br

Notícia enviada por: null

E-mail: null

Comentário: null

Matéria extraída do Portal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

04/02/2005 - Justiça determina instalação do aparelho eliminador de ar em rede de água

Publicada do dia 2/2/2005, no Diário do Judiciário, decisão da juíza da 1ª Vara da Fazenda Estadual de Belo Horizonte, Áurea Maria Brasil Santos Perez, que condenou a Copasa/MG a instalar aparelho eliminador de ar nos canos de transmissão de água para os consumidores que assim o solicitarem. O consumidor deverá arcar com o custo do aparelho.

A juíza condenou, ainda, que a Copasa a veicular, nas contas de água, por cinco meses consecutivos, a informação de que "nos termos da Lei Estadual 12.645/1997, a COPASA/MG deverá proceder à instalação de aparelho eliminador de ar na tubulação dos usuários que assim o solicitarem, correndo, as despesas decorrentes da aquisição e da instalação do equipamento, às expensas do consumidor". A concessionária deverá também discriminar dados relativos ao consumo nas contas mensais.

O Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais entrou com uma ação civil coletiva alegando diversas irregularidades na atividade da concessionária. Entre as alegações, o movimento sustenta que a utilização do aparelho eliminador de ar reduziria a conta em cerca de 35%, que o mesmo já foi desenvolvido por várias empresas e que a instalação está prevista na Lei 12.645/97, Código de Defesa do Consumidor. Contestam, também, o chamado consumo mínimo por economia e consideram ilegal a cobrança de consumo mínimo das unidades desocupadas.

Ao contestar a ação, a Copasa alegou que a cobrança da tarifa pelo sistema de consumo mínimo por economia já foi objeto de outra ação julgada improcedente, tanto na 1ª Instância quanto na fase recursal. Reconhece que a Lei 12.645/97 determina a instalação do equipamento de eliminação de ar, quando solicitado e custeado pelo consumidor, mas que a referida norma ainda não foi regulamentada. Diz que os aparelhos ainda não foram aprovados pelo INMETRO e que apresentam riscos de contaminação da rede de água. A falta de regulamentação da Lei 12.645/97 é usada pela Copasa em vários argumentos para contestar a ação. Considera, ainda, a ilegitimidade ativa do Movimento das Donas de Casa e sua própria ilegitimidade passiva, sob a alegação de que não responde diretamente pela regulamentação do serviço de fornecimento de água e fixação de tarifas.

Após fazer longa exposição das leis que regem o assunto e jurisprudência, a juíza ressaltou, entre outros, que a questão envolve interesse individual homogêneo, "podendo ser questionado através de Ação Coletiva, por associação que inclua em seus fins institucionais a defesa dos direitos e interesses protegidos pela legislação consumerista".

A juíza esclarece que os documentos demonstram que a presença de ar nas tubulações gera aumento no consumo de água cobrado pela Copasa. Quanto à aprovação dos aparelhos pelo INMETRO, ela entende não haver necessidade, pois há um documento do próprio instituto, no qual informa não se tratar o eliminador de ar de instrumento de medir.

Esta é uma decisão de 1ª Instância e dela cabe recurso.

Assessoria de Comunicação Institucional
Núcleo Fórum Lafayette (31)3330-2123
Processo 024.02.621.838-8

Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG (www.tjmg.gov.br)

Responder Responder a todos Encaminhar como Anexo

Encaminhar Imprimir Apagar

[Mover para pasta]

OK

[X] fechar



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Assegura ao usuário do sistema de abastecimento de água, do Município de Montes Claros, o direito de instalação de equipamento eliminador de ar da tubulação hidráulica do seu imóvel e dá outras providências.”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O tema em questão é de iniciativa do Legislativo Municipal, tendo em vista tratar-se de serviço de concessão municipal.

Quanto à sua legalidade, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo, haja vista que a referida lei não cria nenhum ônus nem para o poder Público nem para a concessionária do serviço, posto que todos os gastos serão de responsabilidade do usuário, bem como, não cria nenhuma obrigatoriedade, mas sim possibilidade para o usuário.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de junho de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605